

**OS DILEMAS CONTEMPORÂNEOS DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO PROFISSIONAL:
A DICOTOMIA ENTRE O CONSERVADORISMO E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO
SERVIÇO SOCIAL**

**CONTEMPORARY DILEMMAS OF PROFESSIONAL QUALIFICATION AND WORK: THE
DICHOTOMY BETWEEN CONSERVATISM AND THE ETHICAL-POLITICAL PROJECT OF
SOCIAL WORK**

Adriana Giaqueto Jacinto¹

Ana Cristina de Carvalho Sales Toledo²

Andréia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni³

Bruna Pereira Caetano⁴

Warles Rodrigues Almeida⁵

¹ Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp. Docente na graduação e pós-graduação em Serviço Social da Unesp. Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Professora orientadora. Líder do GEDUCAS (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Dimensão Educativa no Trabalho Social). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0181-2839>. E-mail: adriana.giaqueto@unesp.br

² Assistente Social; Secretária Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Bauru – SP. Mestranda em Serviço Social pela UNESP. Graduada em Serviço Social pela Instituição Toledo de Ensino Bauru – SP. Especialização em Gestão do Sistema Único da Assistência Social SUAS pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci; Gestão Social-Políticas Públicas, Redes, Defesa e Direitos pela FATECE-Faculdade de Tecnologia, Ciências e Educação; Membro do GEDUCAS (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Dimensão Educativa no Trabalho Social – UNESP) e PRAPES (Prática de pesquisa: perspectivas contemporâneas – UNESP). ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-1659-8633> Email: anacrissales12@gmail.com

³ Docente do curso de graduação em Serviço Social e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp/Campus de Franca. Possui graduação em Serviço Social pela Unesp/Franca (1992). Mestrado em Ciências Médicas pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto/USP (2004) e Doutorado em Serviço Social pela Unesp Franca (2010). Realizou Pós Doutorado na Universidad Pablo de Olavide – Espanha. É líder do GEPAPOS (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Participação nas Políticas Sociais). <http://lattes.cnpq.br/0842802637459705> ORCID 0000-0002-0691-7528. Email: andreia.liporoni@unesp.br

⁴ Mestranda em Serviço Social pela Unesp. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM. Membro do GEDUCAS (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Dimensão Educativa no Trabalho Social). ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-6242-9709> E-mail: bruna.caetano@unesp.br

⁵ Assistente Social da Prefeitura Municipal de Uberaba, Mestrando em Serviço Social pela Unesp. Graduado em Serviço Social pela Universidade Presidente Antônio Carlos UNIPAC. Membro do GEPAPOS (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre participação nas Políticas Sociais). Coordenador da Seccional de Uberlândia- CRESS/MG, Gestão 2023-2026. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-8162-2110> email: warlesalmeida86@gmail.com

Resumo: Esse texto busca refletir acerca dos dilemas contemporâneos que perpassam o Serviço Social brasileiro, no âmbito da formação e do trabalho profissional. Dessa forma, levantamos um debate acerca da dicotomia existente entre o que é exigido do(a) Assistente Social nos espaços ocupacionais em que se insere, e o que preconiza seu Projeto Ético-Político hegemônico, que hasteia a defesa intransigente dos direitos humanos. Buscando considerar alternativas para transpor o conservadorismo, abordamos a instrumentalidade da profissão, tratando sobre a necessidade do profissional se apropriar de suas dimensões, principalmente a Dimensão Educativa, que trata sobre o caráter pedagógico da atuação, como forma de fomentar uma mobilização social que cobre responsabilidade do Estado. Para realizar esse debate, utilizamos enquanto metodologia a pesquisa bibliográfica, dispondo de textos e artigos escritos por autores que trabalham a temática proposta. Para além, também nos ancoramos no materialismo histórico-dialético, entendendo que nossa sociedade está em constante mudança, e precisamos estudá-la como um todo para compreender sua dinâmica.

Palavras-chave: Serviço Social; Projeto Ético-Político; Formação Profissional; Instrumentalidade; Conservadorismo.

Abstract: This text seeks to reflect on the contemporary dilemmas that pervade Brazilian Social Work, in the field of professional qualification and professional work. In this way, we raise a debate about the existing dichotomy between what is required of the Social Workers in the occupational spaces in which they operate, and what his hegemonic Ethical-Political Project advocates, which supports the intransigent defense of human rights. Seeking to consider alternatives to overcome conservatism, we approach the instrumentality of the profession, dealing with the professional's need to appropriate its dimensions, mainly the Educational Dimension, which deals with the pedagogical character of the performance, as a way of promoting a social mobilization that covers responsibility of State. To carry out this debate, we used bibliographical research as a methodology, with texts and articles written by authors who work on the proposed theme. In addition, we are also anchored in historical-dialectical materialism, understanding that our society is constantly changing, and we need to study it as a whole to understand its dynamics.

Keywords: Social Work; Ethical-Political Project; Professional qualification; Instrumentality; Conservatism.

INTRODUÇÃO

No presente artigo levantamos algumas reflexões que perpassam sobre os dilemas da formação e do trabalho profissional em Serviço Social na perspectiva do projeto profissional crítico. Partimos do pressuposto de que a conjuntura brasileira atual impõe diversos desafios às e aos assistentes sociais que imprimem às dimensões teórico metodológica, ético-política e técnico operativa no seu exercício profissional. Apontamos a dimensão educativa da profissão enquanto estratégia de defesa dos direitos humanos e de uma atuação profissional condizente com os interesses da classe trabalhadora.

Enquanto metodologia utilizamos levantamentos bibliográficos em literaturas que abordam a temática em questão por meio de autores como José Paulo Netto, Maria Lúcia Barroco, Maria Carmelita Yazbek, Ivanete Boschetti, Yolanda Guerra, dentre outros.

Na primeira parte do artigo abordamos os aspectos históricos que perfizeram a construção do Serviço Social brasileiro no contexto da sua reconceituação, identificando o conservadorismo enquanto expressão da sociedade capitalista e constituinte da profissão, principalmente nas primeiras décadas da profissão no Brasil.

Em sua trajetória, o Serviço Social, inserido em determinados momentos históricos da sociedade brasileira, buscou reconceituar-se, de modo a questionar uma formação e um trabalho profissional acrítico, conservador e tecnicista e projetar uma direção ético política profissional alinhada à perspectivas progressistas quais sejam: defesa intransigente dos direitos humanos e aprofundamento da democracia, construção de uma sociabilidade mais justa e igualitária e liberdade como valor ético central.

Na segunda parte, demarcamos a importância da dimensão ética assumida hegemonicamente pelo corpo profissional dos e das assistentes sociais num contexto totalmente adverso que marcou a década de 1990: o Serviço Social por meio do conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO apresenta um projeto profissional crítico expresso na lei de regulamentação profissional, código de ética e nas diretrizes curriculares num momento de recrudescimento dos direitos sociais provocado pela adoção das proposituras neoliberais incorporadas nas políticas sociais brasileiras pós 1988.

Nesse sentido, ao passo em que as regulamentações profissionais da década de 1990 foram importantes para a legitimação e construção do Serviço Social brasileiro, a conjuntura política e econômica dos períodos neoliberais pós redemocratização acirram as contradições que perpassam a formação e seu exercício profissional: existe uma discrepância e dicotomia entre os interesses institucionais que empregam os assistentes sociais e o fazer profissional crítico. Nesse contexto, a formação aligeirada, o desmonte das políticas sociais, a precarização e desprofissionalização do trabalho, e o próprio processo ampliado de produção e reprodução do capital coloca o projeto profissional em disputa, tensionado na dinâmica da sociedade e suas contradições.

Na terceira parte indicamos a dimensão educativa no Serviço Social como estratégia possível para uma atuação profissional que fuja do tecnicismo e tarefismo imposto as/aos

assistentes sociais nos espaços sócio ocupacionais, e ainda como possibilidade de mobilização da classe trabalhadora na direção da construção de uma consciência cidadã e de uma sociabilidade pautada nos princípios democráticos e em defesa dos direitos humanos.

O projeto profissional não é algo dado ou consolidado por si só, estando em permanente construção e disputa pelos diversos interesses que perpassam as diversidades, heterogeneidades e pluralidades no Serviço Social. Nesse sentido, entendemos que a dimensão educativa, por si só, não será capaz de materializar o Projeto Ético-Político nos diversos espaços da atuação, mas se apresenta como uma potente alternativa de resistência e de tensionamento capaz de redesenhar sua forma de responder às expressões da questão social recortadas pelas instituições empregadoras.

O que está em jogo, portanto, para os assistentes sociais que projetam essa atuação crítica e propositiva é desenvolver uma capacidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa calcada nos princípios do código de ética profissional, e uma instrumentalidade que seja capaz de desvendar as contradições do cotidiano e implementar respostas na direção dos interesses da classe trabalhadora em suas múltiplas diversidades.

A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA PROFISSÃO E A CONSOLIDAÇÃO DE SEU PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

Quando nos propomos a debater acerca do conservadorismo no Serviço Social, é necessário compreender, como realce inicial, que essa vertente tem raízes históricas na profissão, acompanhando toda a sua gênese e processo de consolidação. Sendo assim, o caminho que traçamos no decorrer deste texto se inicia na década de 1930, quando a América Latina atravessa para uma nova etapa do capitalismo, com um fortalecimento da industrialização.

Dentro desse cenário, em um primeiro momento, o Serviço Social chega ao continente latino-americano como uma suposta iniciativa católica, com ideais doutrinários do pensamento social da igreja que buscavam responder às demandas de uma sociedade que atravessa para uma nova fase do capitalismo. Com isso, com cunho humanista e conservador, os profissionais abordavam a questão social como um problema de caráter moral, culpabilizando os indivíduos por sua condição (YAZBEK, 2009).

Ainda conforme Yazbek (2009), na década de 1940, no Brasil, quando a profissão entra em contato com a perspectiva positivista, vindo principalmente através de vertentes norte-americanas, há mudanças relativas aos referenciais técnicos da profissão, que reforçavam a busca pela manutenção da ordem capitalista. Pautando-se em uma apreensão da realidade "manipuladora, instrumental e imediata do ser social [...], o método positivista trabalha com as relações aparentes dos fatos, evolui dentro do já contido e busca a regularidade, as abstrações e as relações invariáveis" (YAZBEK, 2009, p. 6).

Ainda nesse contexto, a profissão atravessa um período que culmina em sua legitimação, de modo com que oficialmente passa a ocupar espaço na divisão social e técnica do trabalho. Paulo Netto (2009) traz que esse processo ainda preserva traços subalternos do exercício profissional, de modo com que mesmo significando a vinda de métodos e técnicas para o Serviço Social, eles ainda se esgotavam em uma consonância com a perspectiva autocrática burguesa.

Seguindo um ritmo diferente do restante da América-Latina, o Brasil, por mais que também tenha passado por um processo de industrialização na década de 30, só mergulha em uma "industrialização pesada" (PAULO NETTO, 2009) em meados da década de 1960. Ainda de acordo com Paulo Netto (2009), esse processo se tratava de uma "modernização conservadora" (pág. 32), acentuando a dependência do país ao capitalismo global, com uma indústria voltada para atender demandas elitistas e visando o mercado exterior.

Essa mudança de chave dentro do sistema societário leva a população a vivenciar períodos conturbados. Com o fomento do Capital industrial, a classe trabalhadora é afogada, ainda mais, em jornadas de trabalho extensas, com salários insuficientes, levando a um agravamento das expressões da questão social. Nesse contexto, o Estado precisa traçar estratégias para garantir a manutenção de sua ordem, garantindo que o proletariado siga trabalhando apesar de sua condição vulnerável.

Com isso, há uma reformulação nas formas de lidar com as expressões da questão social, de modo com que se reestrutura, de cima para baixo, os conjuntos de instituições e aparatos governamentais que interferem nas políticas voltadas para o âmbito social. Resultando em mudanças na esfera do Serviço Social, que precisa atender as demandas de um "novo padrão de exigências para seu desempenho profissional" (PAULO NETTO, 2009, pág. 123).

O Serviço Social é inserido, então, nas universidades, de modo com que passa a haver debates aprofundados acerca das teorias que guiam a atuação profissional. Em um movimento contraditório, é através dessa inserção que os profissionais passam a questionar o objetivo da profissão, criando as condições para uma renovação. Nas palavras de Paulo Netto, (2009, pág. 129):

(...) instaurando condições para uma renovação do Serviço Social de acordo com as suas necessidades e interesses, a autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de se gestarem alternativas às práticas e às concepções profissionais que ela demandava.

Devido a essas alterações na estrutura da sociedade, a profissão precisa acompanhar em nível teórico, metodológico, operativo e político as mudanças que ocorriam em caráter global. Dentro desse cenário, se desdobram diferentes tendências para o Serviço Social, marcando o início de um pluralismo teórico profissional, que buscava a legitimação prática da profissão. Nesse processo de reconceituação, existem três principais vertentes teóricas que visavam uma validação metodológica para instituir a profissão: A "modernizadora", que se pautava na melhoria do sistema através de abordagens funcionalistas e estruturalistas (YAZBEK, 2009); A "fenomenológica", culpabilizando o sujeito e levando em consideração apenas sua vivência; E a vertente "Marxista" que, com cunho crítico, se propunha a debater acerca da sociedade de classes e sua configuração, ainda que em um primeiro momento, sem se aproximar ao discurso de Marx (YAZBEK, 2009).

É apenas na década de 1980 que a teoria marxista passa a integrar, de fato, os espaços de debate profissionais. Entendendo que o ser social não pode ser percebido apenas na imediatividade, e sim inserido na dinâmica da sociedade, há um movimento coletivo que impulsiona o aprofundamento da vertente marxista, que permeia as ações de assistentes sociais no país.

Inseridos no contexto de intensa repressão social da Ditadura Militar brasileira que marcou a década de 1960, os assistentes sociais do período viram, acompanhado da intensificação da industrialização, o agravamento das expressões da questão social, que, juntamente com as bases teóricas que atuavam as universidades, levaram os profissionais a somarem nas lutas pela redemocratização do país. Em um contexto em que minimamente falar sobre algo que desagradasse o Estado poderia ser fatal, movimentos entre as categorias

profissionais e estudantes foram organizados, com congressos e encontros, que fundaram as bases para o que hoje é tido como hegemonicamente o posicionamento ético e político que orienta a profissão.

Com o fim do período ditatorial e a eleição de Tancredo Neves na década de 1980, houve uma intensificação de mobilizações sociais que, após anos de um silêncio forçado, clamavam por transformações sociais. O contexto passado de violações impulsionou um processo de tomada de consciência do corpo profissional de assistentes sociais enquanto parte da classe trabalhadora, aquela que lhes era atribuída a função de apaziguar.

Tais questões somadas com a redemocratização criaram as condições ideais para a concretização da intenção de ruptura com o conservadorismo que entremeia o Serviço Social brasileiro (PAULO NETTO, 2013). A profissão se depara então com um contexto de pluralismo político, em que projetos societários distintos se confrontam entre a categoria de assistentes sociais, com novas perspectivas que se impunham como contrários aos interesses burgueses.

É crucial reiterar que a entrada do Serviço Social no meio universitário é o marco fundamental que legitimou teórica e metodologicamente a perspectiva crítica que marca esse processo de renovação da profissão, e culmina na tentativa de ruptura com práticas que hasteavam os ideais capitalistas. Com a produção de conhecimento, a formação profissional foi atravessada por vertentes teóricas que abriram espaço para uma nova análise da sociedade, com perspectivas críticas e marxistas. Esforços da categoria foram dirigidos para instituir, em nível de graduação, profissionais capazes de enfrentar a questão social, advinda das demandas da classe trabalhadora.

Dentro desse contexto, iniciam-se os debates acerca da ética profissional que, mesmo que reduzidos, geram os componentes que culminam na formulação do novo Código de Ética Profissional em 1986, posteriormente reformulado em 1993 (PAULO NETTO, 2013). A necessidade de dimensões políticas, éticas e profissionais resultaram na criação, para somar a esse documento, de um projeto profissional que reconhecesse eixos fundamentais para a profissão, como o compromisso com a liberdade, da autonomia, da defesa intransigente dos direitos humanos e da justiça social.

Nessa perspectiva, entendendo que uma sociedade que se baseia na exploração de uma classe social sobre a outra jamais possibilitará o alcance desses fundamentos, o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro, para além de se declarar democrático, também

afirma a necessidade de se construir coletivamente uma nova ordem societária, sem dominação de nenhum grupo social sobre os demais. Ainda, seguindo o exposto por Paulo Netto (2013), se compromete com qualidade dos serviços prestados à população, com a universalização do acesso aos serviços das políticas sociais e ampliação da cidadania, em um sentido de "garantia de direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras" (pág. 16).

No entanto, é apenas na década de 1990 que há, de fato, a conquista da hegemonia desse projeto. Mesmo com os avanços teóricos que culminaram em uma perspectiva crítica à profissão, tendências conservadoras ainda permeiam sua atuação. Como exposto, a gênese do Serviço Social é conservadora. Com isso, as instituições que empregam assistentes sociais exigem dele uma abordagem que caminhe em consonância com os interesses capitalistas, na perspectiva de manutenção da ordem vigente.

À contramão da Constituição criada em 1988, popularmente conhecida como "Constituição Cidadã" por delimitar de maneira concisa a entrada no país da Seguridade Social (YAZBEK, 2009), os anos de 1990 marcam uma intensificação da ofensiva neoliberal, que liquidava direitos sociais penosamente construídos, sucateando serviços públicos e privatizando o Estado, na defesa da responsabilização da sociedade civil para enfrentamento da pobreza. Marco dessa questão são as instituições de Terceiro Setor, "amplo conjunto de organizações e iniciativas privadas, não lucrativas, sem clara definição, criadas e mantidas com o apoio voluntário e que desenvolvem suas ações no campo social [...]" (YAZBEK, 2009, pág. 16), em espaços das políticas públicas, e atravessam a atuação de assistentes sociais.

O enfrentamento dessas questões fortaleceu a participação nos fóruns, encontros e congressos da categoria do Serviço Social, envolvendo cada vez mais profissionais nos debates que realizavam. Somando ao fato de que o projeto ético-político tem enquanto linhas gerais tendências que ecoam com os movimentos da sociedade brasileira, garantiram, de acordo com Paulo Netto (2013), a conquista de sua hegemonia.

No entanto, mesmo com a chegada dos anos 2000, o conservadorismo segue se fortalecendo na sociedade contemporânea brasileira, marcada nos dias atuais pela intensificação de perspectivas fascistas que se revelam com o "Bolsonarismo" no país, assim como intensivas neoliberais que angariam cada vez mais espaço nas políticas públicas.

A intenção de ruptura com a perspectiva conservadora no Serviço Social é um esforço cotidiano, pois as raízes sombrias de um capitalismo selvagem permeiam a atuação profissional em todas as suas esferas.

É um erro comum à categoria ter enquanto certo a hegemonia de nosso Projeto Ético-Político historicamente conquistada. Mas nas condições adversas na qual nossa sociedade se encontra, em que mesmo com a derrota de Jair Bolsonaro nas urnas em 2022, as expressões da questão social ainda se mostram latentes, nosso projeto está cada dia mais ameaçado. Como abordado por Paulo Netto (2013), para a preservação de nosso projeto, não basta apenas a vontade majoritária do corpo de assistente sociais, mas também condições sociais e políticas do país no fortalecimento democrático para sua efetivação.

Nessa direção, os espaços cada vez mais esvaziados da categoria profissional, o sucateamento das políticas públicas e o fascismo permeando nossa sociedade de forma tão contundente são algumas das questões que colocam nosso projeto ético-político em xeque, não só sua execução como também sua hegemonia. Mesmo que haja uma intenção de ruptura historicamente delimitada em nossa profissão, o conservadorismo ainda se faz presente nos espaços sócio-ocupacionais, e superá-lo ainda é uma pauta que necessita ser debatida e trabalhada, em um sentido de fortalecer nossa ética profissional.

A DIMENSÃO ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Discutir sobre a dimensão ética no campo da formação e no exercício profissional nos remete pensar sobre a necessidade de apreensão dos fundamentos históricos, metodológicos, ético-políticos e técnico operativo da profissão, os quais dão a direção crítica do projeto profissional hegemônico.

Nesse sentido, cabe elucidar que o Código de Ética Profissional de 1993 aponta como horizonte os valores e os princípios que legitimam a defesa intransigente dos direitos humanos. Dito isso, é importante mencionar ainda que a produção de conhecimento no âmbito do Serviço Social precisa estar alinhado com os pressupostos éticos que balizam o exercício profissional da/o Assistente Social.

Os parâmetros éticos orientadores das decisões do Serviço Social em relação à pesquisa são buscados no Código de Ética Profissional (1993), que nos indicam como valores e princípios fundamentais: a liberdade, valor ético central, as demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e do autoritarismo; a defesa e aprofundamento da democracia; o posicionamento em favor da equidade e da justiça social (Conselho Federal de Serviço Social: 1993).

A defesa dos direitos humanos é uma das prescrições constitutivas dos princípios fundamentais do Código de Ética de 1993. Isso remete à compreensão histórica dos direitos humanos e à necessidade de entender os seus limites e possibilidades na sociedade capitalista. De acordo com Barroco (2009, p. 64)

Os direitos humanos, são ao mesmo tempo, o resultado concreto do enfrentamento das diferentes formas de degradação da vida humana em curso por parte das classes, grupos e sujeitos desapropriados das condições sociais de existência, em diversas situações de violação de sua humanidade, por processo de discriminação, opressão, dominação e exploração.

Nesse sentido, cabe salientar que na década de 1990, no contexto do intenso aprofundamento da crise do capital e do fortalecimento do Estado Neoliberal, houve um crescimento considerável de assassinatos, chacinas, desaparecimento forçados envolvendo crianças, adolescentes, trabalhadores sem-terra, mulheres, jovens, negros e grupos LGBTQIAP+, populações quilombolas e indígenas e moradores das grandes favelas do país. Importante frisar que toda essa barbárie foi legitimada pela mídia sensacionalista e pelo Estado penal, contribuindo para que o debate sobre os direitos humanos, fossem tratados como *"direitos de bandidos"*.

Nessa direção, o/a Assistente Social inserido nos diversos espaços sócio-ocupacionais, atendem cotidianamente esses grupos que são considerados marginalizados pelo Estado capitalista e burguês.

Como trabalhador assalariado e profissional voltado para o atendimento das expressões da questão social, o/a Assistente Social se vincula duplamente a esse processo de barbarização da vida. Ao mesmo tempo, a natureza das questões envolvidas nas violações de direitos aproxima os direitos humanos no debate ético e político profissional. (Barroco, 2009, Brites 2011; Pereira; Vinagre, 2007)

É nessa arena contraditória e permeada por conflitos, que o/a Assistente Social desenvolve a sua capacidade crítica para decifrar a realidade e produzir conhecimento junto

com a população usuária dos serviços, as possibilidades de construir frentes de trabalho em defesa dos direitos humanos. Ressaltar essa defesa de modo intransigente, como exposto no projeto ético-político, ancorado pelas dimensões que conduzem a prática profissional faz-se um movimento necessário na luta contra o avanço do conservadorismo.

Por fim vale ressaltar, que as entidades representativas da profissão, dentre elas o Conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO, tem fornecido para a categoria profissional subsídios teóricos que dão sustentação ao posicionamento político em defesa das pautas emergentes dos direitos humanos. Com isso, há subsídios teóricos para resistir ao conservadorismo, em um sentido de efetivação da práxis profissional.

FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL: DIMENSÃO EDUCATIVA SOB A ÉGIDE DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

Com a intenção de apresentarmos o trabalho profissional numa perspectiva sócio-crítica, com foco no materialismo histórico-dialético, não nos permitimos fazê-la sem darmos especial atenção à formação profissional como caminho e espaço de vivências contraditórias.

Retomando a discussão inicial, o Serviço Social foi inserido na divisão sociotécnica do trabalho, com o intuito primeiro de dar respostas imediatas às expressões da questão social, sobretudo com ações pragmáticas e conservadoras que contivessem a classe trabalhadora, favorecendo sua integração na lógica do mercado e garantindo a ordem dominante do capital.

É interessante reiterar que essa mesma força impulsionadora para a criação de uma profissão que garantisse a hegemonia cultural dessa ordem, e inseriu os assistentes sociais no mundo do trabalho, foi a força antagônica que os levou a refletir as práticas que lhes eram impostas. As conjunturas políticas, econômicas e sociais conduziram um processo de construção de um novo projeto profissional, visando formas coletivas e individuais de resistência com bases intimamente ligadas à liberdade, emancipação e transformação social.

Mesmo com o projeto ético-político hasteado principalmente nos meios universitários como norte fundamental da profissão, na formação profissional e nos espaços ocupacionais, o conservadorismo nunca deixou de existir. Pelo contrário, foi se reinventando ao longo do

processo histórico, adquirindo novas nuances e determinações societárias que fortaleceram e seguem fortalecendo seu avanço na sociedade contemporânea, visto que é alimento imprescindível da reprodução do capital.

Se o enfrentamento ao conservadorismo se hegemonizou e nos permitiu construir o Projeto Ético Político Profissional, não significa que ele o extirpou da profissão, até porque esta se constitui, se desenvolve e se materializa em relações sociais permeadas e alimentadas cotidianamente pelas determinações sociais fundadas no pensamento conservador” BOSCHETTI, 2015, p. 642)

Nessa dicotomia entre conservadorismo e hegemonia do projeto ético-político, o trabalho profissional é perpassado por enfrentamento contraditório, enviesado pelos resquícios advindos da própria origem da profissão.

Com isso, a lacuna vulnerável entre a formação e o trabalho profissional ao longo do processo histórico, condição retratada pela forte ofensiva do capitalismo numa crise mundial, gera impactos representativos que atingem diretamente a classe trabalhadora e seus projetos de superação da ordem dominante.

A reforma e contrarreforma do Estado contribuíram para a mercantilização do ensino superior, sobretudo a partir dos anos 1990 a 2000. Tal questão foi acompanhada de um assustador retrocesso nas lutas para a construção de formação profissional crítica, com perspectiva de totalidade e comprometida com a transformação social (BOSCHETTI, 2015) .

Nesta vertente há que se observar o reforço de muitos traços do conservadorismo (NETTO apud BOSCHETTI, 2015) na formação profissional, engendrados no pensamento pós-moderno que revitaliza o pragmatismo no “fazer profissional”. Quais sejam: metodologismo/tecnicismo e legalismo positivista, teoricismo acritico, aligeiramento da formação, pragmatismo aliado a filosofia utilitarista, voluntarismo, contentamento com o possibilismo (focalização, seletividade, integração, assistencialismo, individualismo, competitividade, quantitativismo, fortalecimento do capital humano).

Iamamoto (2018) afirma que atualmente vive-se uma época de regressão de direitos e destruição do legado de conquistas históricas dos trabalhadores em nome da defesa, quase religiosa, do mercado e do capital, cujo reino se pretende a personificação da democracia, das liberdades e da civilização.

Com isso, trava-se um desmonte e perseguição às organizações coletivas, veicula-se a naturalização do ordenamento capitalista e das desigualdades sociais, disseminando o ideário

de "mal necessário". Para além, conduz as conquistas sociais acumuladas nos embates coletivos e históricos da classe trabalhadora como "problemas ou dificuldades", e sobretudo o entendimento de que diz respeito a "gastos sociais excedentes", reduzindo a ação do Estado no atendimento às necessidades sociais, de modo a transferir ao mercado e à sociedade civil (terceiro setor) a responsabilidade de produzir alternativas aos direitos sociais.

Esses dilemas atingem diretamente as condições e relações de trabalho do/a assistente social, sobretudo nas requisições que lhes são atribuídas, imergindo num processo contraditório entre atender a classe trabalhadora e manter a ordem estabelecida e defendida por seus empregadores nos espaços ocupacionais, sejam públicos ou privados, uma vez que o próprio sistema capitalista favorece forte entrosamento entre o Estado e a classe hegemônica. Assim o fazer profissional é constantemente e incondicionalmente permeado por determinações construídas e reconstruídas ao longo do processo histórico e social.

Enfrentá-los requer defender a formação na perspectiva crítica e de totalidade, identificar a relativa autonomia profissional, reconhecer a possibilidade de escolhas ao adotar condutas de atuação, romper com o pragmatismo e tecnicismo, assumir a defesa pela classe trabalhadora e dos direitos humanos sob quaisquer circunstâncias e indignar-se com as barbáries do neoliberalismo. É preciso lutar contra o aligeiramento da profissão, fortalecer lutas sociais coletivas e reconhecer o legado de tantas gerações na construção e defesa do Projeto Ético-Político da profissão, que nos garante força e otimismo nas lutas diárias, por uma sociedade mais justa e igualitária.

Assim, se por um lado o/a Assistente Social, através de seu trabalho profissional, é conduzido/a a responder de forma imediata aos contextos empíricos, com totalidades saturadas de determinações econômicas, políticas, culturais e ideológicas, por outro é possível favorecer a aproximação dos sujeitos, com mecanismos de garantia e efetivação de direitos, sobretudo no uso das políticas públicas como mediação, considerando que o Estado é seu maior empregador.

Para isso o/a profissional se apropria das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política que materializam o trabalho social pois

recebendo as determinações históricas, estruturais e conjunturais da sociedade burguesa e respondendo a elas, consiste em uma totalidade que se auto implicam, se auto explicam e se determinam entre si (...) são instâncias interatuantes no espaço de mediação entre classes e Estado. que atribui à intervenção social um caráter político. (GUERRA, 2017, p.51)

Deste modo, pode-se dizer que o/a Assistente Social no âmbito do trabalho profissional tem a seu favor, apesar de todas as nuances do conservadorismo do contexto neoliberal, a possibilidade de mobilização da classe trabalhadora através da dimensão educativa em consonância e interação com as demais dimensões constitutivas do Serviço Social.

Neste sentido ao fortalecer a coletividade com a apreensão da correlação de forças e tensionamentos das classes dominantes, através de diálogos produtivos que tragam socialização, conhecimento e participação, pode proporcionar discussões que levem à ações prático-reflexivas visando abarcar o controle social e a superação da hegemonia burguesa.

Essa perspectiva de trabalho diz respeito ao processo pedagógico do trabalho profissional do/a assistente social, que independente do espaço ocupacional o qual atue, é convocado/a a exercer uma atividade educativa, corroborando com seu projeto ético-político, que vise a construção da pedagogia emancipatória.

Dentre os procedimentos de caráter coletivo, os grupais são aqueles que envolvem o atendimento dos usuários em agrupamentos organizados pelos assistentes sociais, geralmente tomando como critério a existência de situações comuns. Os grupos assumem características bem diferenciadas e o seu desenvolvimento faz parte de um esforço profissional voltado à ampliação das possibilidades de compreensão e reflexão dos usuários, através da convivência entre pessoas que possuem necessidades e situações de vida semelhantes (Trindade, 2017, p. 94-95).

Assim, vislumbramos neste processo de trabalho profissional, numa perspectiva emancipatória, a coletividade como estratégia profissional indispensável, visto que possibilita maior entrosamento entre as pessoas, maior troca e estabelecimento de objetivos de superação comuns.

Afirma ainda que se trata de propriedade constitutiva, condição concreta de reconhecimento social do Serviço Social, à medida que concretiza objetivos e transforma intencionalidade em estratégias, que visem alterar o cotidiano dos profissionais e da população que demanda intervenção.

Nesta perspectiva reiteramos a articulação e entrelaçamento entre as dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e sobretudo ético-política como possibilidade de enfrentamento ao conservadorismo, visto dimensionarem posicionamento político-ideológico para transformação da realidade.

Por fim, pontuamos que em um contexto em que a prática profissional é atravessada pela dicotomia entre a sociedade pautada na exploração burguesa e aquilo que preconiza como direção ética e política, reafirmar os direitos básicos da população é remar contra a corrente da hegemonia capitalista.

Assim, por mais que os espaços ocupacionais sejam entremeados pela perspectiva conservadora, é parte do trabalho do/a profissional, comprometido com seu código de ética, efetivar um processo educativo que trate com os sujeitos usuários dos serviços sobre a necessidade de se defender os direitos humanos, a busca pela liberdade, autonomia e igualdade, considerando-se as condições objetivas que entremeiam o cotidiano do/a assistente social. Mas com foco na perspectiva da práxis emancipatória alcançada na totalidade da articulação entre as dimensões constitutivas do Serviço Social, se afastando cada vez mais da lógica de que "na teoria a prática é outra", como menciona Guerra e Forti (2016). É necessário, então, ter compreensão da realidade social que viabilize práticas efetivas, responsáveis e consequentes, visto que os dilemas coexistem e são cada vez mais evidentes na contemporaneidade, exigindo maior nível de competência profissional para enfrentá-los.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, buscamos abarcar a dicotomia entre o projeto ético-político preconizado pelo Serviço Social brasileiro e o conservadorismo que atravessa os espaços ocupacionais em que os/as profissionais atuam. Essa contradição se faz latente quando analisamos como se dá a formação profissional, seguindo as diretrizes estipuladas pelas entidades representativas da profissão, nas universidades brasileiras, que se confronta com o que é requisitado aos profissionais quando ingressam nos espaços ocupacionais.

Para realizar o debate, iniciamos narrando a trajetória sócio-histórica da consolidação do Serviço Social, que demonstra a causa da dicotomia que abarcamos: A profissão ingressa no país e se consolida na necessidade, por parte do Estado, de apaziguar os conflitos da classe trabalhadora, atravessados pelo agravamento das expressões da questão social. Nesse contexto, se aproveitando de sua própria contradição de serem trabalhadores/as, mas atuarem contrários aos interesses de sua própria classe, os/as assistentes sociais fazem da necessidade

da fundamentação teórica da profissão, que visava melhor efetivar os interesses burgueses, a porta de entrada para o aprofundamento da perspectiva crítica, que se propõe a compreender a sociedade dentro da dinâmica do capitalismo.

É essa compreensão histórico-dialética que resulta na construção coletiva do atual Código de Ética e o Projeto ético-político hegemônico.

É firmado então uma contradição escancarada entre aquilo que é tido hegemonicamente como ética e politicamente efetivo no âmbito profissional e o que é preconizado como atribuição pelo principal empregador dos/as profissionais: o Estado.

Com isso, os debates entre as categorias profissionais e estudantis passam a ter como principal pauta uma pergunta que ecoa, ainda na atualidade, nas mentes dos/as assistentes sociais: "Como efetivar nosso projeto ético-político se a instituição em que trabalho exige de mim uma atuação que cotidianamente corrobore com os interesses burgueses?"

É necessário retomar que o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro tem enquanto preconização a defesa intransigente dos direitos humanos, assim como com a liberdade e equidade dos sujeitos. E o contexto capitalista, que necessita explorar desenfreadamente a mão de obra de uma mazela da sociedade para sua ordem, é pautado em situações que violam de forma contundente esses direitos. E para naturalizar esse processo, é disseminado nas mídias uma ideia de que os direitos humanos estão associados à defesa da criminalidade.

Dessa forma, em uma perspectiva de fomentar um debate que precisa ser fortemente hasteado na busca por lidar com a dicotomia apresentada, abarcamos a necessidade da apropriação da instrumentalidade da profissão como maneira de enfrentar os desafios cotidianos. É necessário romper com o tecnicismo e o pragmatismo que rodeiam a prática profissional, que legitimam o conservadorismo, e utilizá-los para afirmar uma atuação que corrobora com os interesses da classe trabalhadora.

Abarcar a defesa dos direitos humanos na prática profissional é afirmar o compromisso com o público usuário pautado em nosso projeto ético-político, e um passo crucial na luta contra o conservadorismo. E tecer diálogos com a população sobre esse tema, buscando impulsionar sua mobilização, se constitui como uma forma de gerar um movimento coletivo para resistir à hegemonia burguesa.

Estando em constante contato com os usuários dos serviços ofertados pelas políticas públicas, o(a) Assistente Social pode realizar interações que se pautem na socialização, conhecimento e participação coletiva que estimulem um movimento de tensão ao Estado, cobrando-o por suas constantes violações. A dimensão educativa que perpassa o trabalho profissional se constitui enquanto uma forma fomentar a construção do processo emancipatório da sociedade.

É evidente que essa perspectiva não vai, sozinha, responder a dúvida geral de como efetivar um projeto profissional que se opõe de forma tão latente à sociedade vigente, e muito menos superar o conservadorismo. A hegemonia burguesa possui raízes profundas na sociedade e, como reflexo, na profissão, e a única forma de alcançar de fato o que é proposto como horizonte ético e político para os profissionais é através de uma revolução que repense toda a estrutura social. Desse modo, nosso propósito com esse trabalho é levantar formas de debatermos o Serviço Social no atual contexto social para que possamos buscar, no coletivo, meios de alcançarmos uma sociabilidade que se pautem na liberdade de todos.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia S. **Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social**. São Paulo: Serviço Social e Sociedade. n 124, p.623-636. out/dez, 2015.

BATISTONI, Maria Rosângela; SILVA, José Fernando Siqueira da. Renovação Crítica do Serviço Social no Brasil: legado, tendências e desafios contemporâneos. In. **Trabalho, Movimentos e Políticas Sociais: diálogos com o Serviço Social**. Org. Cláudia Mazzei Nogueira, Renata Gonçalves e Sônia Nozabielli. São Paulo: Rosivan Diagramação & Artes Gráficas, 2021.

BOSCHETTI, Ivanete. **Expressão do conservadorismo na formação profissional**. São Paulo: Serviço Social e Sociedade. n 124, p.637-651. out/dez, 2015.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social – **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Brasília, CFESS, 1992.

FORTI, Valéria. GUERRA, Yolanda. **Na prática a teoria é outra?** In: Serviço Social: temas, textos e contextos. 5 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade no Serviço Social**. Módulo 4: O trabalho do assistente social. CFESS/ABEPSS_UNB, 2000. Serviu como base para a palestra. Acesso em 13/06/2023. <http://www.uel.br/cesa/sersocial/pages/arquivos/GUERRA%20Yolanda.%20A%20instrumentalidade%20no%20trabalho%20do%20assistente%20social.pdf>

GUERRA, Yolanda. **Dimensão técnico operativa do exercício profissional**. In: A dimensão técnico-operativa no Serviço Social – desafios contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. In: **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. Org: Ana Elizabete Mota. Vol. 4. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 8.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

PAULO NETTO, José. Liberdade: o valor ético central do código (três notas didáticas). In: CRESS/RJ. **Projeto ético-político e exercício profissional em serviço social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais**. Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. **Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais**. In: A dimensão técnico-operativa no Serviço Social – desafios contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2017.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.